

**LUIZ CARLOS ARAÚJO SANTOS  
GIOVANNI de FARIAS SEABRA  
CLAUDIO EDUARDO de CASTRO**

**ORGANIZADORES**

**GEOGRAFIA: TRABALHO,  
SOCIEDADE  
E  
MEIO AMBIENTE**

**LUIZ CARLOS ARAÚJO SANTOS**  
**GIOVANNI DE FARIAS SEABRA**  
**CLAUDIO EDUARDO DE CASTRO**

**GEOGRAFIA: TRABALHO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE**

**SÃO LUÍS**  
**2018**

© copyright 2017 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.  
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

## **GEOGRAFIA: Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente**

### **EDITOR RESPONSÁVEL**

Claudio Eduardo de Castro

### **CONSELHO EDITORIAL**

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho  
Ana Lucia Abreu Silva  
Ana Lúcia Cunha Duarte  
Cynthia Carvalho Martins  
Eduardo Aurélio Barros Aguiar  
Emanoel Gomes de Moura  
Fabiola Oliveira Aguiar  
Helciane de Fátima Abreu Araújo  
Helidacy Maria Muniz Corrêa  
Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa  
José Sampaio de Mattos Jr  
Luiz Carlos Araújo dos Santos  
Marcelo Cheche Galves  
Marcos Aurélio Saquet  
Maria Medianeira de Souza  
Maria Claudene Barros  
Maria Sílvia Antunes Furtado  
Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Wilma Peres Costa

Editoração: Maíra Cunha Marques

CAPA: Paul Philip

SANTOS, Luiz Carlos Araújo; SEABRA, Giovanni de Farias; CASTRO, Claudio Eduardo de. GEOGRAFIA: Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente. São Luís: Eduema, 2018.

p. 367

ISBN – 978-85-8227-208-4

I - Luiz Carlos Araújo Santos. II - Giovanni Farias Seabra. III – Claudio Eduardo de Castro. 1 – Geografia. 2 – Trabalho. 3 – Sociedade. 4 – Meio Ambiente. 5 - GEOGRAFIA: Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente



Cidade Universitária Paulo VI – C.P. 09  
CEP: 65055-970 – São Luís/MA  
[www.uema.br](http://www.uema.br) – [editorauema@gmail.com](mailto:editorauema@gmail.com)

## SUMÁRIO

### MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E NATUREZA

<b>O RIO E A ÁGUA: ATORES HIDROGRÁFICOS E SUAS PERCEPÇÕES A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL</b>	06
Nubia Caramello, David Saurí, Rosalvo Stachiw	
<b>PANORAMA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM DO ESTADO DO MARANHÃO</b>	30
Aichely Rodrigues da Silva; Alessandra Larissa D'Oliveira Fonseca	
<b>USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PROCESSOS EROSIVOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS: O CASO DAS VOÇOROCAS DA SALINA E SACAVÉM</b>	48
José Fernando Rodrigues Bezerra, Antonio José Teixeira Guerra, Michael Augustine Fullen	
<b>ANÁLISE DA PAISAGEM EM PEQUENAS BACIAS HIDROGRÁFICAS</b>	68
Ronaldo dos Santos Barbosa	
<b>ALTERAÇÕES GEOMORFOLÓGICAS NO ALTO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ANIL</b>	92
Danyella Vale Barros França, Quésia Duarte da Silva	
<b>ANÁLISE E REFLEXÕES DAS DIMENSÕES TERRITORIAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL</b>	110
José Paulo Marsola Garcia	
<b>GESTÃO E CONFLITOS NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO BACANGA, SÃO LUÍS, MARANHÃO</b>	122
Yata Anderson Gonzaga Masullo, Fernando Luiz Araújo Sobrinho, Helen da Costa Gurgel, Anne-Elisabeth Laques, Leonardo Silva Soares	
<b>O LIMITE ACEITÁVEL DE CÂMBIO-LAC COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO: O CASO DA RPPN MANSINHA</b>	140
Gisselly Poliana Santos Muniz, Claudio Eduardo de Castro	

## **ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIEDADE**

- PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS E ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI – PANTANAL MATO-GROSSENSE** 162  
Onelia Carmem Rossetto, Carlos Hiroo Saito
- PERMANÊNCIAS E RUPTURAS À LUZ DA DINÂMICA TERRITORIAL DE SOLTA - CHAPADA DAS MESAS/MA** 182  
Marlene de Jesus Gomes Costa; Ana Rosa Marques
- A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO CAMPO MARANHENSE: RACIONALIDADES CONFLITANTES E TERRITÓRIOS EM DISPUTA** 218  
Juscinaldo Góes Almeida, José Sampaio de Mattos Junior
- CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS ENTRE CAMPONESES E SOJICULTORES NO MUNICÍPIO DE BALSAS MARANHÃO** 240  
Ademir Terra; Vanderson Viana Rodrigues
- ARRANJOS PRODUTIVOS DO TURISMO COM BASE LOCAL** 266  
Angela Nascimento, Giovanni de Farias Seabra
- ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE IMPERATRIZ – MA: ANÁLISE MULTICRITÉRIO DO PERÍMETRO URBANO** 296  
Rodrigo Lima Santos, Fabrizia Gioppo Nunes,  
Luiz Carlos Araújo dos Santos
- O PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UTOPIA OU POSSIBILIDADE?** 318  
Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha
- IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ALTERAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO NO SUDOESTE MARANHENSE (2008-2018)** 340  
Allison Bezerra Oliveira

## GESTÃO E CONFLITOS NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO BACANGA, SÃO LUÍS, MARANHÃO

Yata Anderson Gonzaga Masullo<sup>1</sup>  
Fernando Luiz Araújo Sobrinho<sup>2</sup>  
Helen da Costa Gurgel<sup>3</sup>  
Anne-Elisabeth Laques<sup>4</sup>  
Leonardo Silva Soares<sup>5</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As unidades de conservação – UC são consideradas áreas com características naturais e/ou culturais relevantes, definidas pelos governos federal, estaduais e municipais. Essas áreas visam à preservação de ecossistemas e a utilização de forma adequada e sustentável do ambiente (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

No Maranhão existem aproximadamente 120.000 km<sup>2</sup> de áreas protegidas, distribuídos entre 12 Unidades de Conservação Estaduais (UCE), 14 Unidades de Conservação Federais (UCF) e 21 Terras Indígenas (TI), concentrando-se principalmente na região amazônica e zona costeira do Estado. Ressalta-se que mesmo com um grande número de áreas protegidas, o Maranhão possui um alto índice de alterações das paisagens naturais.

Essas alterações nos ecossistemas protegidos, nas últimas décadas foram ampliadas e passaram a ser alicerçadas pelos condicionantes sociais e econômicos, que influenciam a dinâmica da paisagem e ampliam a vulnerabilidade socioambiental em diferentes escalas.

Inserido nesta lógica, identifica-se o Parque Estadual do Bacanga, localizado na região central da capital maranhense. Esta UC foi criada em 1980 com o objetivo de proteger a margem direita do Rio Bacanga e a Bacia do Maracanã. Por está situado em uma das regiões mais populosas

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia UNB.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília-UNB.

<sup>3</sup> Universidade de Brasília-UNB.

<sup>4</sup> Insitute de Recherche pour le Développement

<sup>5</sup> Universidade Federal do Maranhão-UFMA *campus* de Pinheiro.

da Região Metropolitana da Grande São Luís, o PE do Bacanga possui uma dinâmica territorial complexa, sendo pressionado em sua área de amortecimento por diversos agentes tensores como o Porto do Itaqui, Ferrovia Carajás, Termelétrica MPX, Aeroporto Marechal Cunha Machado e por grandes conjuntos habitacionais.

Nesse contexto o presente estudo surge com a finalidade de analisar a dinâmica territorial onde o Parque Estadual do Bacanga está inserido, a partir da correlação de indicadores sociais, econômicos e ambientais. Para além de uma avaliação de efetividade da Unidade de Conservação, pretende-se com esta pesquisa fomentar o debate em torno da complexidade do planejamento regional e da conservação de áreas protegidas.

Para tanto, a pesquisa desenvolve-se sob uma abordagem sistêmica e multidisciplinar (MORIN *et al.*, 2003), dividindo sua estrutura a partir da discussão do processo histórico do PE do Bacanga, mapeamento e análise das formas de ocupação e agentes tensores e sua relação com o grau de vulnerabilidade socioambiental da UC. Por fim o estudo sistematiza proposições interligando o planejamento e gestão ao nível de conservação do PE Bacanga.

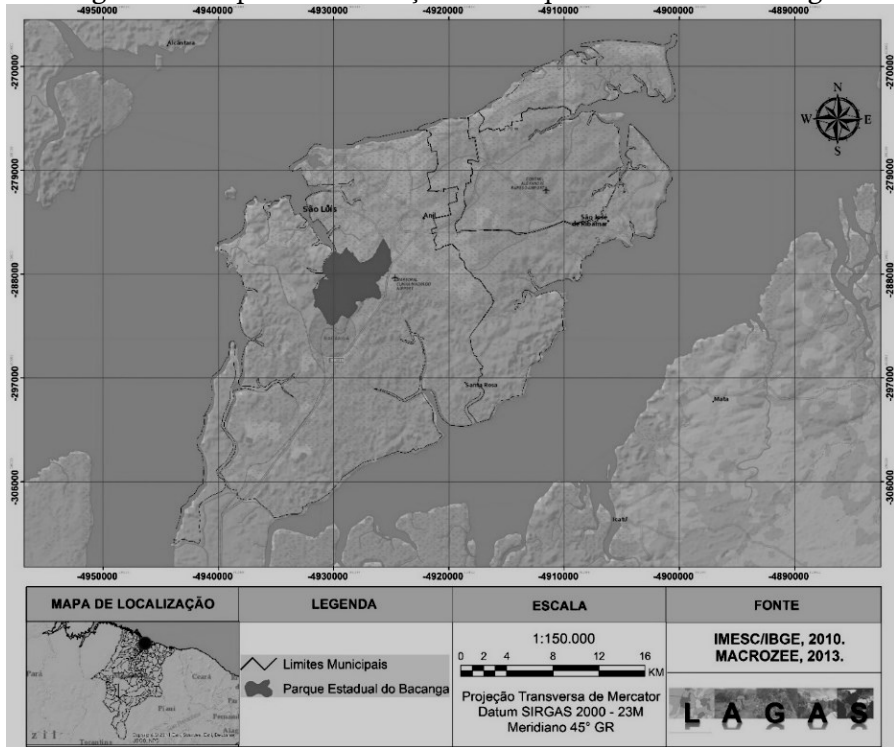
## **PARQUE ESTADUAL DO BACANGA**

O Parque Estadual do Bacanga foi a primeira Unidade de Conservação do Estado do Maranhão, sendo criada pelo Decreto N° 7.545 de 02 de março de 1980. Localizando-se na região central do município de São Luís (Figura 01).

O PE do Bacanga possui é uma UC de proteção integral, com a finalidade de preservar a natureza, permitido somente à realização de pesquisas científicas, atividades educacionais e medidas de recuperação dos ecossistemas, mesmo situada em uma região densamente urbanizada. No entanto as problemáticas ambientais no PE foram percebidas quatro anos após sua criação. No ano de 1984, o Decreto Estadual N° 9.550, estabeleceu nova delimitação à área da UC, tendo em vista a existência de diversas ocupações que já estavam consolidadas. Posteriormente, no ano de 1992, o Decreto N° 12.448 excluiu 18 mil metros quadrados do PE, á

sob o argumento de destinação da área para a implementação do Projeto Minha Gente do Governo Federal.

Figura 01: Mapa de Localização do Parque Estadual do Bacanga



Fonte: os autores, 2017.

Na década seguinte, a Lei N° 7.712 de 2001, pela terceira vez, excluiu da área do PE do Bacanga áreas ocupadas e consolidadas. Foram subtraídos vários bairros do limite da UC, como o Parque Pindorama; o Parque Timbira; o Parque dos Nobres; o Bom Jesus; o Primavera; a Vila dos Frades e o bairro do Coroadinho. Além destes foram excluídas algumas edificações e terrenos da Vila Itamar; da Vila Esperança e parte da Vila Sarney (ELETRONORTE, 2002).

Contudo, percebe-se que a atração e ampliação dos fluxos originários da instalação de grandes projetos econômicos, expansão imobiliária, aumento



das ocupações desordenadas, exploração mineral e vegetal, entre outros usos, possibilitou significativas modificações na dinâmica local no entorno da UC, principalmente a partir da década de 1990.

A partir deste panorama inicial, nota-se a emergência das orientações estratégicas políticas-normativas influenciadas pela dimensão territorial e das especificidades locais na formulação de políticas públicas. Considera-se nesse contexto, o espaço enquanto ambiente físico e níveis social, econômico e político, com enfoque no contexto espacial condicionado por suas características e identidade local (SANTINHA, 2014).

## **AGENTES TENSORES E DINÂMICA TERRITORIAL DO ENTORNO PARQUE ESTADUAL DO BACANGA**

De uma forma crescente, a dimensão territorial assume uma posição de destaque na formulação de políticas públicas. Para tanto é preciso lidar com esta questão, ressaltando as características territoriais, não só analisando os entraves, mas também tendo em vista suas potencialidades e fragilidades, com o intuito de combater disparidades regionais, a partir da formulação de uma lógica de valorização territorial (SANTINHA, 2014).

Conforme Souza (2003), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, onde o ponto chave é a produção do espaço para reprodução das relações sociais e a construção da identidade entre estes grupos. Nessa linha, Carlos (2012) afirma que a produção da natureza e do espaço são fatores interligados pelo processo geral de reprodução e expansão do modo de produção, onde o espaço é um produto da reprodução da sociedade.

Ressalta-se que a produção do espaço reflete e reforça o desenvolvimento desigual, assentado na lógica do capital e das inter-relações estruturadas e solidificadas pela dinâmica socioespacial, sobretudo no ambiente urbano (LEFÉBVRE, 1975; HARVEY, 1980).

Dessa forma, o homem reproduz, mas, também produz o espaço, envolvendo as contradições e as particularidades do real, influenciando os processos sociais subsequentes; a partir deste momento, tem-se a tendência

para a equalização, em um fator realmente concreto na criação do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988).

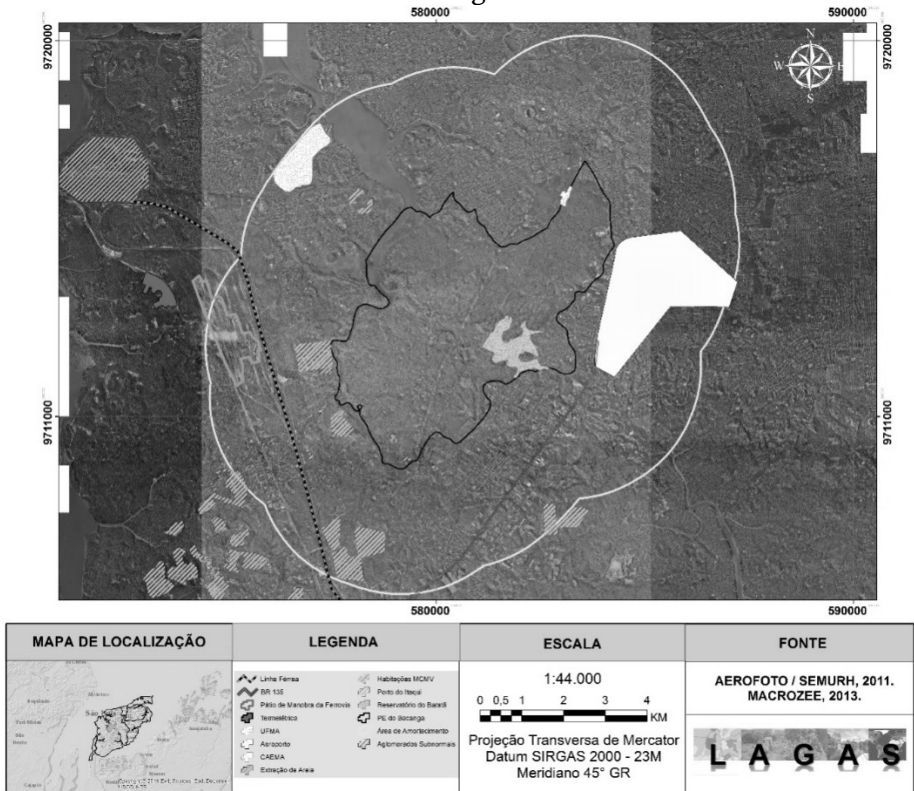
Villaça (2012), corrobora com esse pensamento afirmando que o desenvolvimento desigual das regiões se origina desse sistema de produção e reprodução direcionada pelas necessidades das classes dominantes, com a universalização de seus interesses particulares. Esse sistema de causa e efeito transforma o espaço em condição (infraestrutura, mercado de trabalho e matéria prima), meio (circulação) e produto (valor de uso) (CARLOS, 2011). Nesse modelo as atividades econômicas passam a fazer suas escolhas espaciais influenciando a reprodução em função de um conjunto de outros aspectos que incorpora a gestão territorial e determina as desigualdades em diferentes escalas (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Nesse sistema de amplificação da especulação pela terra urbana, as áreas protegidas configuram-se na visão do mercado, como “vazios” onde indústrias, loteadoras, construtoras e corretores imobiliários utilizam-se do déficit histórico de infraestrutura urbana, de equipamentos e de serviços públicos de qualidade para viabilizar seus interesses de reprodução. O PE do Bacanga encontra-se nesta seara, formada por agentes tensores que amplificam as pressões por novos espaços a serem urbanizados (Figura 02).

Ressalta-se que a capital maranhense concentra cerca de 67,4% dos domicílios, considerados aglomerados subnormais do Estado. Na região do entorno do PE do Bacanga possui aproximadamente 386 mil habitantes, destes 6,6% da população sobrevive a baixo da linha da extrema pobreza, residindo em grande parte em aglomerados subnormais, onde em média sua renda per capita alcança R\$ 432 reais (IBGE, 2010).

Ao norte da UC concentra-se bairros que são enquadrados como aglomerados subnormais, dentre os quais destacam-se: Vila Embratel, Sá Viana, Bairro de Fátima, Vila Gancharia, Gapara e o Coroadinho. Estes bairros totalizam 14.278 domicílios particulares ocupados e configuram-se como relevantes agentes tensores da dinâmica territorial do entorno do PE do Bacanga.

Figura 02: Identificação de Agentes Tensores do Parque Estadual do Bacanga



Fonte: os autores, 2017.

Gravitando no entorno do PE do Bacanga localizam-se grandes empreendimentos, como a Vale, Termelétrica MPX e o Porto do Itaqui. Essas áreas foram inicialmente habitadas por trabalhadores atraídos pelo início dos grandes projetos, os quais posteriormente construíram em seu entorno vilas, invasões e palafitas com graves problemas de segurança, infraestrutura e acessibilidade aos serviços básicos.

De acordo com Castro et al., (2017) estes empreendimentos, associados a outros que se localizam no Distrito Industrial de São Luís foram responsáveis pela redução de 1.437,72 hectares de mangueais entre os anos de 1980 e 2012. Os autores estimaram que foram perdidos 466,7

hectares das matas ciliares dos rios e 1.935,55 ha de faixas de proteção de nascentes, além de 142 pontos iniciais de formação dos canais perenes e/ou intermitentes, no intervalo de 32 anos (1980-2012).

As instalações de grandes empresas na capital, modificaram não só a dinâmica local, mas também influenciaram os modos de produção de toda a região. Projetos como os supracitados, são originados do Programa Grande Carajás, constituído por um sistema integrado de mina, ferrovia e porto, voltado para mineração e exportação de ferro, conectando a mina Carajás (PA) ao Porto do Itaqui (MA), inaugurado em 1980.

O presente projeto desencadeou um processo baseado na reestruturação socioespacial. Isso culminou com a ampliação das diferenciações centro – periferia e desenvolveu ilhas de sintropia<sup>6</sup>. Essas áreas segundo Coelho (2008), são reconhecidas como áreas de elevada ordem social, em detrimento do avanço da entropia em larga escala em diversas regiões, aprofundando a desordem e caos social.

Esse sistema, origina-se a partir da definição e implementação de estratégias de diferentes agentes, visando legitimar suas ações na produção e controle social, com a utilização do poder público como instrumento de materialização (CARLOS, 2011). Dentro dessa lógica Vitte (2009), afirma que toda e qualquer intervenção do Estado ocasiona necessariamente desigualdades e segregação espacial.

Entre as intervenções do Governo Federal de maior impacto, está o programa Minha Casa Minha Vida – MCMV. Especificamente na região em estudo, identifica-se a presença de aproximadamente 10 mil unidades distribuídas nos residenciais Piancó 1 e 2, Vila Maranhão, Santo Antônio e Amendoeira, fruto do MCMV fase 2. Estes estão situados na área limítrofe ao PE do Bacanga, provocando significativa pressão em seu entorno, com o aumento da demanda populacional da ordem de 40 mil pessoas para esses novos conjuntos habitacionais.

O MCMV fase 2 originalmente foi concebido para relocação de populações de áreas de risco, invasões e outros. Através da Portaria N° 518/2013 do Ministério das Cidades, as prefeituras contempladas estão

---

<sup>6</sup> De acordo com Coelho (2008), sintropia se refere a um sistema fechado de elevada ordem social, enquanto que a entropia apresenta fluxos aberto com diminuição da sintropia.

obrigadas a elaborar relatórios de demandas para condomínios acima de 1.000 unidades. Nestes, deve-se indicar os problemas estruturais existentes e seus agravos advindos da nova demanda, o mesmo também deve conter uma matriz de responsabilidade com o compromisso de que as construtoras responsáveis, Prefeituras e Caixa Econômicas, atendam às necessidades desta população diretamente afetada em um raio de 2,5km.

Entretanto os atores envolvidos negociam e terminam por ser desobrigados de arcar com obrigações básicas, como a instalação da rede de esgotamento sanitário nos seus empreendimentos. Isso contribui com o agravamento de problemas ambientais crônicos, típicos da região. De acordo com o IBGE (2010), identifica-se cerca de 38,89% de domicílios sem esgotamento sanitário, 17% com ausência de abastecimento de água e 8% de inexistência de coleta de lixo.

Ressalta-se que mesmo com percentuais de domicílios assistidos com saneamento básico superiores à média estadual, a área possui menos de 4% de tratamento de efluentes. O mesmo ocorre com o fornecimento de água na região, em que muitas residências ficam sem o serviço por semanas. Somado a isso, percebe-se a existência de 24% de vias não pavimentadas, que dificultam acesso as localidades ou mesmo impossibilita a coleta de resíduos de forma regular.

Nessas áreas, pode-se verificar uma enorme quantidade de resíduos não degradáveis, como embalagens plásticas, pneus, lixo eletrônico e outros tipos de objetos que possam assumir a função de criadouros de várias espécies de insetos, caracterizadas como vetores potenciais, o que torna o ambiente propício à disseminação das doenças, além de contaminar os mananciais e prejudicar a balneabilidade dos rios e córregos da Bacia do Bacanga.

Corrêa (2012) assinala que esse sistema é direcionado pelos atores ou agentes que produzem o espaço urbano como as grandes indústrias, proprietários fundiários, promotores imobiliários, poder público e grupos sociais. Estes, ao produzir o espaço originam uma variedade de impactos, tencionando o meio físico-natural e levando à construção de riscos e injustiças que atingem seus habitantes de diferentes modos e intensidades (SOUZA, 2015).

Essas isenções de infraestrutura forçadas pelas circunstâncias

representam uma redução considerável dos custos de implantação dos empreendimentos, ampliando os lucros obtidos pelos empreendedores. Com isso, diferencia-se infraestruturas e acessibilidade aos serviços, o que amplia os efeitos adversos e possibilita as condições de risco através de fatores econômicos, sociais e culturais, o que reorganiza o espaço, redistribuindo e reestruturando os processos produtivos (LIMONAD, 2011).

Isso ocorre pela simples manipulação da legislação ou mesmo por negociações entre as instituições públicas e privadas como relatado. Conforme Santos (1979), essa prática origina áreas com ausência do Estado, criando espaços que devem ser reconhecidos como vazios urbanos, que periferizam as cidades e marginalizam sua população.

Como consequência desse aspecto especulativo da propriedade de terrenos parcialmente ou completamente urbanizados, avança-se horizontalmente no território das cidades. Dessa forma amplia-se os custos para instalação de infraestrutura e prestação de serviços necessários (SOUZA, 2015).

Assim, faz-se necessário reafirmar que essas alterações provocadas pelos agentes tensores ampliam a fragilidade ambiental do PE do Bacanga, a partir da retirada da vegetação, compactação do solo, aumento do escoamento superficial e conseqüente avanço dos processos erosivos. Corroborando com a afirmação, Bezerra (2011) identifica a presença de voçorocas localizadas nos bairros do Maracanã e Vila Maranhão com sua origem ligada a construção da BR 135, enquanto outras voçorocas como a do Gapara relacionam-se à extração de silte e argila para construção civil e/ou pelo crescimento das áreas urbanizadas como no Coeduc e Sacavém, que surgiram devido ao processo de ocupação irregular.

Segundo Costa (2010) o grau de vulnerabilidade do PE do Bacanga é elavado, contribuí para isto sua localização urbana e o não estabelecimento no momento de sua criação de uma zona de amortecimento. A viabilidade do Parque como área protegida está comprometida pela expansão urbana desordenada do seu entorno. O Parque enfrenta problemas de manejo similares aos enfrentados em outras regiões do país: falta de pessoal treinado, de planos de manejo funcionais, de informação biológica, sócio-econômica sistematizadas e de recursos financeiros suficientes.

Com o mapeamento dos agentes tensores, percebe-se que a abordagem da dinâmica territorial se torna complexa e diversifica-se, sob a influência espacial do capital. A seleção dos espaços em detrimento de outros, configura o processo de regionalização em que o Estado, se torna instrumento legal e a iniciativa privada atua como agente, no direcionamento da (re) produção do território (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

## **PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO BACANGA**

O território em que a UC se situa, coexistem diferentes classes sociais, ocupações, origens étnicas, crenças religiosas, que geram dinâmicas territoriais a partir do uso e controle dos recursos ambientais (BRASIL, 2015). Essa visão dinâmica do espaço em que se insere o PE do Bacanga, indica possibilidades e tendências para a sua gestão, bem como articulam as forças capazes de influenciar a qualidade de vida da sociedade em escala local e regional.

Atualmente, torna-se necessário reconhecer os espaços sobre os quais a cidade avança, com intuito de gerar cenários para otimizar o planejamento e estabelecer parâmetros fundamentais para a gestão do ambiente urbano. Para tanto, o planejamento regional deve-se basear em um conjunto de instrumentos que redirecionam e orientam as ações do Estado e suas políticas públicas, onde às políticas setoriais estejam associadas, mas não subordinadas aos agentes privados.

Nesse sentido as políticas públicas conectam os processos econômicos e políticos, mediando conflitos e desdobramentos no âmbito regional. Essas disputas pelo território ocorrem entre instituições, empresas e setores da sociedade civil. Sob essa perspectiva Gurgel et al. (2011) demonstra que um conjunto de intervenções, de diferentes magnitudes e recortes espaciais e institucionais, devem ser consolidado visando superar o planejamento regional desarticulado e a ineficácia de uma política de ordenamento territorial, com o intuito de efetivar a UC como áreas realmente protegidas.

Esse sistema tem um rebatimento não apenas na sociedade, mas também na paisagem em diversas escalas. Assim, é preciso que se efetive medidas que visem não só a contenção das pressões sobre unidades de conservação como o PE do Bacanga, como também objetive a melhora da qualidade de vida da população em seu entorno.

Visualiza-se urgência de um reordenamento territorial capitaneado pelo Plano Diretor Municipal (PDM). Considera-se não só a região intra - UC como também sua Zona de Amortecimento – ZA, haja vista que a delimitação das ZA é de extrema importância para efetivação das UCs. Destaca-se aqui que os limites do PE do Bacanga estão sobrepostos a Reserva Florestal do Sacavém, Zona de Proteção Ambiental definida pelo PDM da cidade de São Luís.

De acordo com Rocha Neto; Borges (2011) a definição dos limites dessas áreas e de suas normas de uso da terra, não deve ocorrer segundo critérios genéricos, pois depende das condições de conservação da área do entorno da UC, dos atributos ecológicos da área e de suas condições socioeconômicas.

O PE do Bacanga possui Plano de Manejo, com última atualização no ano de 2002. Este, na verdade reduz em 14% a área do parque e não consolida as normas de uso da terra de sua ZA, a partir de estudos técnicos que norteariam não só a gestão como a preservação da própria UC.

Para que se inicie esse processo de reordenamento territorial é preciso que se atualize o plano de manejo da UC, estando este interligado ao PDM (atualmente em fase de atualização). Entre outras questões deve-se ter em conta que a definição da ZA não implica na desapropriação de terras, mas sim em limitações que não inviabilizem o aproveitamento econômico das propriedades. Na ZA é necessário que o órgão gestor do PE, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Maranhão (SEMA), fortaleça as ações de fiscalização e monitoramento ambiental, garantido que haja compatibilização das atividades socioeconômicas com a proteção da UC.

Essas ações devem ser consolidadas, sob as diretrizes de efetivação da gestão e manejo da UC. Nesse sentido a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) estabelece seis elementos principais para efetivação da gestão das UCs de acordo com Hockings (2006):



1) avaliar e contextualizar os valores que serão conservados, as ameaças sofridas e oportunidades, os atores envolvidos e o ambiente político;

2) estabelecer metas e objetivos condizentes com a realidade da UC, com criação de estratégias para conservação dos recursos e redução de ameaças;

3) identificar estrutura necessária para gestão como pessoal, alocação de recursos e equipamentos para alcançar os objetivos;

4) implementar das ações de gestão;

5) estruturar os bens e serviços que eventualmente são realizados e descritos no planejamento e nos planos de trabalho da gestão;

6) estabelecer cenários relativos aos impactos e/ou resultados esperados para atingir os objetivos da gestão.

Entende-se a complexidade do processo. Contudo, este pode ser viabilizado através de programas de fomento e assistência técnica que subsidie proprietários privados e reordene as ocupações em seu entorno, que urgem por um disciplinamento quanto ao seu uso.

Entre as ações prioritárias no PE do Bacanga, está a retirada da população de áreas de risco a inundações na faixa de manguezais remanescentes. Tal atitude deve ser liderada pelo Estado, agindo como mediador de conflitos e articulador da coesão tanto social quanto territorial, para a efetivação das políticas de planejamento regional, com vistas a intervenção no ciclo de pobreza e desequilíbrios em diferentes níveis.

Nesse sentido Gomes et al. (2016), destaca que as políticas de planejamento regional, devem interagir na esfera desses conflitos, entendendo que a preservação das UCs, está diretamente ligada aos povos e comunidades locais Para tanto, seguir a legislação vigente é um princípio básico e fundamental para que políticas públicas, funcionem como um instrumento de integração de ações multisetorializadas com vistas ao planejamento do território.

Assim, faz necessário, ações consorciadas entre o Ministério Público, Governos Estadual e Municipal junto a Sociedade Civil, a partir de pareceres técnicos que viabilizem a construção de estudos de impacto de vizinhança, de relatório de demandas e estudos de impacto ambiental, bem

como a sistematização de audiências públicas que visem a aplicação de mecanismos de ordenamento territorial.

Esses estudos devem ter foco sobre potenciais usos econômicos da UC, de maneira que se origine renda e empregos locais, além de conservar os ecossistemas. Juntamente a essas medidas deve-se vincular tais ações estruturais à visitação e ao turismo ligados à existência do PE do Bacanga junto a instituições de pesquisa e escolas da região. Objetivando fortalecer a economia local e regional, ao mesmo tempo, que se possibilita a sensibilização ambiental da população e incrementa recursos financeiros para a manutenção dessas áreas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo demonstra que o ordenamento territorial das UCs, deve ser estruturado a partir de suas singularidades, e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e socioambiental. Considerando que as áreas protegidas visam potencializar atividades que contribuem para a geração de renda, emprego e aumento da qualidade de vida. Sob essa perspectiva ultrapassa-se o entendimento de que as áreas protegidas são necessariamente espaços que devem permanecer como ambientes intocáveis (GURGEL et al., 2011).

Nesse sentido para consolidar a preservação das UCs, faz necessário a formulação e efetivação de políticas públicas, visando o desenvolvimento regional como instrumento para minimizar diferenciações. Contudo, é imperativo salientar que apenas as políticas públicas federais, não conferem a equidade dos territórios, tendo em vista que por muitas vezes não compreendem as particularidades territoriais, com formulações homogêneas, baseadas em dados e informações circunstâncias que atentem apenas interesses individuais.

De acordo com Souza (2015), as políticas de planejamento regional encontram obstáculos nas ditas políticas setoriais. Estas estratégias são formuladas no âmbito das instituições governamentais, que apresentam um conjunto de ações convergentes para seus objetivos individualizados, não considerando o processo de planejamento no contexto regional e suas dinâmicas espaciais. Para sanar tal problema, deve-se buscar caminhos

para efetivação das unidades de conservação, entendendo o território a partir de seus paradigmas e idiosincrasias.

Nesse contexto, percebe-se que dentre as várias questões apresentadas no estudo, salta os olhos a completa desarticulação da legislação e a gestão do território, fomentado pela incapacidade do poder público em diferentes instâncias ligadas a mobilização e redirecionamento de ações dos agentes, em torno de suas diretrizes. Nessa seara, percebe-se um sistemático desprezo do poder público em relação ao Plano Diretor Municipal, o que reduz o papel deste instrumento a uma mera obrigação instituída pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/01) (GUILHERME, 2014).

No PE do Bacanga identifica-se em seu entorno grandes projetos como VALE, Porto do Itaqui, Termelétrica e MCMV. Estes empreendimentos, alimentam interesses de grupos específicos ligados ao capital imobiliário e multinacionais, acentuando desigualdades e diferenciações territoriais de acordo com os processos de formação social e econômica.

Para contenção destes avanços cria-se as áreas protegidas, com o objetivo principal da conservação e manutenção da qualidade de vida. Contudo, o PE do Bacanga continua sendo visto como vazio urbano ou mesmo como um entrave ao dito desenvolvimento.

Considera-se que pensar em áreas protegidas como regiões sem usos atende o anseio de poucos em detrimentos de muitos. Mas, principalmente redireciona o cerne da questão, que talvez seja visualizar os vazios urbanos como áreas onde impera a ausência do poder público com a perpetuação de deficiências no saneamento, segurança, saúde e qualidade de vida.

Por fim, questiona-se sobre o que são estes vazios ou a quem serve entender as unidades de conservação como vazios?

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, José Fernando Rodrigues. **Geomorfologia e Reabilitação de Áreas Degradadas por Erosão com Técnicas de Bioengenharia de Solos na Bacia do Rio Bacanga, São Luís – MA.** Rio de Janeiro, 2011. Tese de

doutorado (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ.

BRASIL. **Lei Nº 12.727, de 17 de outubro 2012**. Brasília: Planalto, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A unidade de conservação e o território: Reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico. In: **Série educação ambiental e comunicação em unidades de conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_, **O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**. Disponível em: [www.mma.gov.br/cadastro\\_uc](http://www.mma.gov.br/cadastro_uc). Unidades de conservação com cadastro finalizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/MMA. 2011. Acesso em: 10 set. 2014.

BURSZTYN; Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de políticas e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. GARAMOND. Rio de Janeiro. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo. Contexto. 2012. pp. 53 – 74.

CASTRO, Tatiana Cristina Santos, *et al.* Social and Environmental Impacts on Rural Communities Residing Near the Industrial Complex of Sao Luis Island, State of Maranhão, Brazil. **Journal of Sustainable Development**, v. 10, n. 2, p. 249-260, 2017.

COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e a (re) estruturação do espaço geo-gráfico na área de Carajás (Pará). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Bertran Brasil. 4<sup>o</sup> Edição. Rio de Janeiro. 2008. pp. 245 – 281.

COSTA, Nytia Nanda Silva. **Parque Estadual do Bacanga: Aspectos relevantes para a sustentabilidade ambiental da área no contexto urbano do município de São Luís – MA**. 2010, 91p. Dissertação (Mestrado em

Sustentabilidade de Ecossistemas), Universidade Federal do Maranhão. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; Marcelo Lopes de; SPOSITO, Encarnação Beltrão (Orgs). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto. São Paulo. 2012. pp. 41 – 52.

ELETRONORTE. Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. **Parque Estadual do Bacanga: Atualização do Plano de Manejo**. São Luís, 2002. 30 p.

GUILHERME, O. D. S. **O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e a aplicação dos instrumentos de gestão ambiental na cidade de Porto Nacional – Tocantins**. Porto Nacional, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional. Tocantins.

GURGEL, Helen C et al. Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO; Fábio França Silva (Orgs). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. MMA. Brasília. 2011. pp. 37 – 54.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas; GOMES, Emerson de Souza e NONATO JUNIOR, Raimundo. Cartografia das unidades de conservação e territórios dos povos tradicionais no Paraná. **Confins** [Online], 27 | 2016, posto online no dia 02 Agosto 2016. Disponível em: URL : <http://confins.revues.org/11000> ; DOI : 10.4000/confins.11000. Acesso em: 30 set. 2016.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

IBGE. **Microdados do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010.

HOCKINGS, Marc, *et al.*, **Evaluating Effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas**, IUCN - Gland, Suíça. Cambridge, Reino Unido. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP e A editora, 1999. 1a ed. La pensée marxiste et la ville, 1975.

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: Santos, Milton *et. al.* **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro. Lamparina. 2011. pp. 145 – 170.

LIPIETZ, Alan. **O capital e seu espaço**. São Paulo. Nobel, 1979.

MARANHÃO. Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Bacanga**. São Luís – MA, 1992. 138p.

MORIN, Edgar, CIURANA, Emilio Roger, MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; UNESCO, Brasília, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. Record, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. São Paulo. Bertrand Brasil. 2003.

SOUZA, L. B. A Hipérbole Mercantil da Expansão Urbana e suas Implicações Ambientais. In: **Mercator**, v. 14, n. 4, Número Especial, Fortaleza. p. 159-180. 2015.

ROCHA NETO, João Mendes da; BORGES, Djalma Freire. **As Assimetrias entre as Políticas Setoriais e a Política de Planejamento Regional no Brasil**. Rap, 45(6):1639-54. Rio de Janeiro. 2011.

SANTINHA, Gonçalo. O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas: (re)

construindo ideias dominantes. In: **EURE**. Vol° 40, N° 119, Aveiro – Portugal. pp. 75-97. 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. Studio Nobel, São Paulo. 2012.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas e sobre a cidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teóricas co-metodológicas. Bertran. Rio de Janeiro. 2009. pp. 89 – 109.